

Empresários agrícolas podem eleger 40 constituintes

MURILO CARVALHO
Do Reportagem Local

CONSTITUINTE 86 Não há cálculos precisos, mas uma avaliação feita pelas lideranças rurais dos principais Estados agrícolas do país indicam que os movimentos políticos já organizados pelos agricultores, seja através de cooperativas, sindicatos ou associações de categoria, deverão eleger entre vinte e quarenta deputados federais nas próximas eleições para a Constituinte.

Os números são maiores onde a organização é maior. Assim, no Rio Grande do Sul, onde as cooperativas congregam boa parte dos agricultores e têm uma estrutura descentralizada, que já mostrou ser capaz de reunir no ginásio do estádio Beira-Rio no início do ano passado cerca de vinte mil agricultores para o "Grito do Campo", é provável que sejam eleitos de cinco a oito deputados. Esses números podem crescer na medida em que a campanha eleitoral deslanche, pois as cooperativas estão empenhadas em divulgar a importância da Constituinte entre seus associados.

São Paulo, que concentra o maior número de proprietários rurais do país, poderia, teoricamente, possuir a maior bancada de parlamentares ligados aos empresários agrícolas. Mas, neste Estado, não deverá ultrapassar a sete o número de deputados eleitos comprometidos com uma plataforma de defesa dos interesses deste segmento social. Isso se explica, segundo as principais lideranças, pela fragilidade das estruturas representativas dos agricultores no Estado.

Apesar da mobilização, já relativamente intensa, na região de Presidente Prudente, 590 km a oeste de São Paulo, ainda não existe, no Estado, um movimento, organizado, a exemplo do que ocorre a partir do cooperativismo do Rio Grande do Sul ou do Paraná.

Aliás, é exatamente no Paraná que o número de deputados ligados aos proprietários rurais poderá surpreender. Inicialmente calcula-se que deverão ser eleitos entre três e seis deputados constituintes. Desses, boa parte deverá vir da região dos Campos Gerais (Ponta Grossa, 114 km a oeste de Curitiba, Cascavel, 519 km a oeste de Curitiba etc.) e do Norte do Estado (Maringá, 419 km a noroeste de Curitiba e Londrina, 390 km a noroeste de Curitiba), onde se situam as cooperativas mais fortes.

Minas Gerais é outro Estado que tradicionalmente tem seus deputados ligados aos agricultores. Mas, em geral, são eleitos com programas que não visam especialmente a agricultura, ficando suas ligações, quase sempre, restritas às regiões de onde provieram. Assim, a bancada mineira de deputados ligados a este setor deverá situar-se entre quatro e seis, segundo as informações que as lideranças rurais possuem até o momento.

No restante do país os números são menores, embora em Goiás — onde nasceu a União Democrática Ruralista — possa haver também um crescimento inesperado de candidaturas ligadas ao empresariado agrícola. As primeiras avaliações indicam que deverão ser eleitos entre três e cinco deputados, considerando-se as forças políticas já mobilizadas. E no Mato Grosso do Sul — Estado essencialmente agrícola — a previsão é de quatro a cinco deputados.

No Nordeste, o único Estado onde as lideranças rurais já fizeram algum tipo de previsão, foi Pernambuco, que poderá contar com dois ou até quatro deputados. Nesta unidade da Federação existe uma situação especial, pois os usineiros continuam sendo lideranças expressivas e embora venham elegendo, tradicionalmente, um número expressivo de deputados, não são, em geral, homens com plataformas políticas que envolvam especificamente os problemas da agricultura.

Defesa da propriedade

Independente da corrente política a que se filiam, todas as lideranças dos agricultores colocam como pressuposto básico para a nova Constituição a definição da propriedade privada da terra como a forma legítima e adequada de apropriação. Alguns empresários, como o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, acrescentam que a terra, apesar de ser propriedade privada, tem que ter uma "destinação social", um "uso adequado para produção", caso contrário poderia até mesmo ser desapropriada pelo governo para entregá-la a quem possa fazê-la produzir.

Outra reivindicação considerada fundamental é a liberdade de cada proprietário trabalhar sua terra segundo sua própria escolha, sem interferências de governos estaduais, municipais ou mesmo do governo federal. Na visão das lideranças rurais, a liberdade de comércio é um aspecto desta reivindicação maior.

Em defesa de sua posição, citam como exemplo de interferência "indevida" do governo na livre comercialização do produto agrícola, o caso do trigo, atualmente regulado e controlado pelo Banco do Brasil — o único comprador e único vendedor.

O estabelecimento, na Constituição, de uma política agrícola que privilegie a produção de alimentos de consumo interno, entendida como um aspecto da defesa da segurança nacional, é outro ponto defendido por lideranças rurais.



OS CENTROS DE IRRADIAÇÃO DO "LOBBY" RURAL

- AGRICULTORES
- PECUARISTAS
- USINEIROS
- COOPERATIVAS

Nos EUA, "lobby" rural é poderoso

PAULO FRANCIS
De Novo York

Ronald Reagan assinou outro dia uma lei concedendo créditos de US\$ 52 bilhões ao setor agrícola, falido tecnicamente com a queda de procura, excesso de produção e custo do dólar para importadores. O presidente assinou a lei contra a vontade. O setor agrícola contém cerca de 6% da população. Eleitoralmente é próximo de zero. Reagan, filosoficamente, acredita na lei de oferta e procura. Quem não tem competência não se estabelece, na famosa frase do português da anedota, que resume a filosofia conservadora, "laissez faire", do presidente. Reagan assinou a lei porque se a vetasse o veto seria derrubado. O "lobby" agrícola no Congresso é poderosíssimo.

E também legal e longe de ser o único. Não há literalmente camada da população que não seja representada no Congresso por um grupo de pressão, composto de profissionais de relações públicas, ex-políticos, ou políticos que tenham perdido mandato, firmas de advocacia etc. É legal constituir esses grupos de pressão, desde que registrados junto ao fisco.

E também legal constitui-los para países estrangeiros, exigindo-se também o registro (sem registro, "lobbies" nacionais estão sujeitos a penas criminais, estrangeiros podem ser enquadrados em espionagem e sedição). Os "lobbies" mais poderosos do país são os do Pentágono e de Israel.

Isso não quer dizer que não existam "lobbies" fortes de "mães solteiras subsidiadas", por exemplo, de sindicatos operários (poderosíssimos junto ao Partido Democrata. Impuseram a candidatura Mondale, em 1984, quando era visível que Gary Hart, um senador menos acessível aos líderes sindicais, tinha mais chance contra Reagan).

O Pentágono, claro, se cava em empresas como a General Dynamics, Boeing etc. São literalmente estatais, não necessariamente no sentido brasileiro, isto é, improdutivas e deficitárias, porque, ao contrário, como subproduto da tecnologia militar,

dominam boa parte do mercado de alta tecnologia no mundo. A questão é saber se teriam esses lucros se não monopolizassem as encomendas militares. O lucro que apresentam junto ao Pentágono é mínimo, ridículo. É um truque de contabilidade. O lucro está embutido no custo do que produzem, o que se chama no Brasil "custo por administração", vulgar, quanto cobrarem o governo — o contribuinte — paga...

É verdade que armas como as que os EUA necessitam, de alta sofisticação, teriam de ser monopolizadas por algumas empresas mais competentes, e também porque grande diversificação abriria grandes oportunidades de espionagem estrangeira. Ainda assim, a corrupção é vasta, o suborno é rotineiro, não raro envolvendo altas patentes militares (que reformadas, trabalham, em muitos casos, para fornecedores do Pentágono, a chamada "porta giratória", que muita gente quer proibir por lei). Nestes dois últimos anos, sob pressão, ditada pelos altos gastos militares, o Ministério da Justiça de Reagan, a cargo do presidente, está processando cerca de 45% dos fornecedores de armas do Pentágono. Algumas centenas de oficiais de alta patente foram discretamente postos na compulsória.

O "lobby", claro, se presta à corrupção. É infantil imaginar que funciona exclusivamente pela corrupção. O "lobby" israelense, por exemplo, funciona muito pela afetividade, ou sentimento de culpa, que Israel, em face do acontecido aos judeus na 2ª Guerra, desperta junto a parlamentares. Ted Kennedy é criatura do "lobby" israelense. Não leva dinheiro, que se saiba.

O "lobby" também ameaça. É certo que grupos de extrema direita e de Israel destruíram a carreira política dos dois últimos presidentes da Comissão de Relações Externas do Senado, o democrata Frank Church, já falecido, e o republicano Charles Percy, porque tomaram posições em favor de acordo de armas nucleares e de venda de aviões F-15 à Arábia Saudita. O atual presidente da Comissão, o republicano Richard

Lugar, segue prudentemente as posições de Reagan.

Esses exemplos indignam muita gente, mas sem "lobbies" Reagan teria reduzido as pensões de 36 milhões de aposentados e inúmeros benefícios sociais de negros, ães solteiras etc., tema (incompreensível, porque referido em sigla a quem não conhece o governo dos EUA por dentro) do primeiro debate entre Reagan e Mondale, em 24. Mondale, por exemplo, acusou Reagan de ser contra a AFDC, Reagan negando furiosamente. Vi o debate com vários americanos. Ninguém sabia do que se tratava. E auxílio a famílias com crianças dependentes, eufemismo de mãe solteira, quase sempre negra, cujo "lobby" manteve todo o dinheiro que é dado a essas mulheres (a simples maternidade garante à mãe um subsídio de US\$ 150 ao mês, o que é uma das razões da enorme fertilidade das classes mais pobres e não brancas nos EUA).

Em suma, onde houver capitalismo, onde tudo for estatizado, o "lobby" é inevitável. Se o leitor soubesse de um candidato a presidente, em que confiasse, que ganhasse um corte no imposto de renda, é bastante provável que estivesse disposto a contribuir para um "obby" que elegesse esse candidato e o fizesse ter um clima de ação livre.

"Lobby" há de qualquer maneira, em qualquer tipo de sociedade. O melhor é legalizá-lo, o que implica estabelecer penas contra acessos criminais. Ao menos é melhor do que funcionem na surdina, como acontece no Brasil. Um empresário brasileiro foi crucificado na imprensa porque financiou a visita do sr. Arliano Chaves aos EUA. É claro que esse empresário espera que o sr. Chaves prospere porque representa interesses favoráveis à indústria privada no Brasil. Não há crime algum disso, se mantido dentro de limites legais claros. Que nem sempre se cumpridos esses limites nos EUA se deve à corrupção da natureza humana. Fingir que não há interesses pessoais em questões políticas ou esperar perfeição moral e ser humano é infantil.

Grupos de pressão são legais no Brasil

SÁVIO DE TARSO
Redator da Folha

Num estudo pioneiro sobre "Grupos de Pressão no Brasil", o advogado Gastão Alves de Toledo, 42, professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defende que os "lobbies" são um meio legal e legítimo de atuação de setores da sociedade, organizados para obter o atendimento de suas reivindicações junto aos poderes do Estado. Ele argumenta que o direito de associação combinado com o de petição e representação estabelecido no parágrafo 30 do Artigo 153 da Constituição Federal são aparatos legais que asseguram o exercício do "lobby" no Brasil.

Toledo afirma que a atividade lobística "ocupa um vácuo existente entre os diversos segmentos da sociedade e os poderes do Estado". Em sua opinião, "o mandato popular não confere aos eleitos a representação de uma parcela da população, mas de todo o povo", daí a necessidade de criar canais para que grupos de interesses específicos possam expressar suas aspirações junto aos legisladores e administradores públicos.

Ele disse acreditar que "a conotação de ilegalidade ou de atividade obscura ainda determina um preconceito

certo contra os 'lobbies' no Brasil", mas assinalou que não faltam exemplos da desenvoltura e eficácia dessa atuação em diversos episódios da vida política do país. Citou o caso da absorção do Banco Sulbrasileiro pelo Estado no ano passado como exemplar da eficiência de um grupo de pressão que atingiu seu objetivo junto ao Congresso.

Lembrou, a propósito, que o próprio regimento interno da Câmara dos Deputados prevê em seu Artigo 60 o credenciamento de representantes de "entidades de classe de grau superior, de empregados e empregadores, e órgãos de profissionais liberais" para "prestar esclarecimentos específicos" aos legisladores. Há também uma tendência à regulamentação dos "lobbies" no Congresso, onde tramita o projeto de lei nº 25/84 — de autoria do ministro da Educação, Marco Maciel — cujo Artigo 1º dispõe que "as pessoas físicas ou jurídicas, contratadas ou voltadas, por seu objetivo, para o exercício direto ou indireto, formal ou informal, de atividades tendentes a influenciar o processo legislativo, deverão registrar-se perante as Mesas Diretores do Senado Federal e Câmara dos Deputados".

"Mesmo as comissões técnicas do Legislativo muitas vezes não têm conhecimento específico para anali-

sar e decidir sobre matérias importantes" — disse Toledo. "A função do lobista é em primeiro lugar instruir o parlamentar e estabelecer o diálogo com o grupo que representa." Disse, entretanto, que "a hipotrofia do Executivo nos últimos anos" promoveu o maior assédio dos grupos de pressão sobre esse poder do Estado. Em seu trabalho o advogado adotou terminologia que classifica os grupos de pressão em internos a externos à administração pública, notando que os "lobbies" internos — principalmente os ligados às empresas estatais — têm hoje maior influência sobre os governantes e administradores. "Eles manipulam grandes somas de dinheiro, têm grande ascendência sobre os políticos e uma postura ideológica que ampara no nacionalismo para esferdar seus privilégios" — disse Toledo. Assinalou, porém, que a legitimidade dos grupos de pressão "não significa que o Estado deve sempre ceder; o administrador ou legislador deve estar aberto aos pleios, mas deve sobretudo aplicar os princípios constitucionais e a legislação ordinária".

Toledo afirmou ainda que "os 'lobbies' influenciam os partidos, mas não se confundem com eles porque seu objetivo não é conquistar o poder, e sim defender interesses mais específicos".



Eleição é assunto frequente nos encontros agropecuários

Das Sucursais e Reportagem Local

os básicos, como a defesa da posse e propriedade da terra.

Nos últimos três meses, as rodas de conversas nas feiras agropecuárias que se espalham por todo o país ganharam um assunto novo e até mesmo surpreendente: como participar das eleições para a Constituinte. E em pouco tempo já surgiram candidatos, programas, reuniões e até mesmo dois grandes leilões de animais — em Goiânia (GO), e em Presidente Prudente (SP) — destinados a arrecadar fundos para custear a organização de um grupo político — a União Democrática Ruralista (UDR) — disposto a interferir e participar nos rumos da nova Constituição.

O movimento de agricultores e pecuaristas em direção a uma participação eficiente na Constituinte pretende ser o primeiro passo para a retomada de um espaço político que começou a ser perdido com a aceleração do processo de industrialização do Brasil, no começo da década de 50. Até um pouco depois da 2ª Grande Guerra, o poder político ainda permanecia concentrado, fundamentalmente, nas mãos de grandes produtores rurais, que elegiam deputados, nomeavam prefeitos e controlavam ministérios. A situação, começou a se modificar com a modernização da indústria brasileira e com a crescente importância dos centros urbanos, que atraíram multidões de agricultores, forçando um êxodo que transformou o país de essencialmente agrícola (70% da população ocupada na lavoura em 1950) em país industrial (apenas 35% da população continua atualmente no campo).

"A agricultura demorou a perceber que já não era a classe majoritária no país", afirma Flávio Teles de Menezes, 40, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). "Apesar de não ser mais a grande classe hegemônica do Brasil, a agricultura continua sendo um segmento extremamente importante", diz Menezes, "pois existem atualmente cerca de 4 milhões de proprietários rurais, em treze pequenos, médios e grandes".

União Democrática Ruralista

Plínio Junqueira, 43, fazendeiro de Presidente Prudente, tem uma análise semelhante à de Menezes. Segundo ele, os canais disponíveis, hoje, aos agricultores, são insuficientes para garantir a sua participação política, uma vez que os sindicatos rurais — pela sua própria característica — são incapazes de se tornarem pólos de debates políticos. "As organizações de representação dos agricultores, principalmente os sindicatos, não puderam cumprir um papel de aglutinar os membros da categoria, pois, atrelados ao Estado, funcionando com uma carta-patente concedida pelo Estado, não têm liberdade para fazer críticas ao poder constituído".

Segundo Junqueira, houve uma pulverização muito grande de entidades representativas de agricultores nas últimas décadas e, com isso, uma perda quase total da capacidade de influenciar o governo. "Recentemente, quando foi anunciado o novo Programa Nacional de Reforma Agrária, diante das ameaças de desapropriações sem critérios, alguns proprietários rurais perceberam que estavam sendo ameaçados e foi aí que se iniciou, em Goiás, um movimento de autodefesa", diz Junqueira.

Esse movimento de "autodefesa", iniciado em Goiás, acabou se consolidando na União Democrática Ruralista (UDR), uma associação de empresários rurais, que passou a coordenar, em nível estadual, toda a discussão sobre a reforma agrária e as atitudes políticas a serem tomadas. Ronaldo Ramos Caiado, 36, coordenador da UDR em Goiás e um dos seus fundadores, afirma que a mobilização em seu Estado foi muito grande, com adesões de fazendeiros de todas as regiões. "Em pouco tempo já havíamos organizado um movimento sólido e bem constituído, que foi capaz de interferir positivamente no Plano Nacional de Reforma Agrária", diz Caiado.

Segundo ele, depois de algumas reuniões, a UDR já possuía pelo menos 1.500 associados e começava a se articular para se constituir num partido político de agricultura. Mais tarde, após algumas ponderações, decidiram que talvez a constituição de um partido exclusivamente ligado ao campo não fosse a solução correta. Esta decisão não significou, no entanto, a paralisação das atividades da UDR. Em setembro, ao realizar um leilão com 1.461 bois em Goiânia, arrecadou perto de Cr\$ 2 bilhões, que, somados a outros Cr\$ 2,5 bilhões obtidos em leilão realizado em Presidente Prudente, em meados de dezembro, já constituem um razoável fundo de reservas para atuação política. "No início houve boatos de que esse dinheiro seria destinado à compra de armas para defender as propriedades contra invasões", diz Caiado. "Mas não é nada disso", acrescenta. Segundo Caiado, a oportunidade de participar da Constituinte foi o desaguardo natural dos propósitos da UDR, que pretende apoiar candidatos a deputado constituinte que aceitem alguns pressupos-

Correntes de pensamento

Não há inanimidade entre as várias entidades de representação dos produtores rurais, que apesar de desejarem participar, de alguma forma, da Constituinte, imaginam fazê-lo de formas bem diferentes. Pode-se afirmar que há três correntes distintas: a primeira, conservadora, que congrega empresários paulistas, goianos e mineiros (além de proprietários da Amazônia) que preferiam ter um partido político próprio, que representasse a agricultura especificamente. Permanece como minoria dentro da UDR, e seus membros estudam um embrião de estatutopartidário, que permita participarem das eleições deste ano. Esses empresários acham necessária a criação desse partido para marcar posição, mesmo que um partido rural não tenha chances de chegar ao poder. O que importa, para eles, é que o partido tenha um caráter aguerido de parlamentares que defenda os direitos dos empresários rurais no parlamento e no governo. Seria uma maneira de contrabalançar o que consideram excesso de "esquerdismo" no país. Entretanto, o grupo vem encontrando dificuldades para se organizar e talvez após candidaturas, como a do ex-deputado Sérgio Cardoso de Almeida, cuja plataforma política conservadora agnda a maioria dos participantes dessa tendência.

Uma segunda corrente, também conservadora, da qual faz parte a maioria dos associados da UDR (sem de deputados como João Carli de Carli, do PDS pernambucano, próprio Sérgio Cardoso de Almeida ou o ex-prefeito do Recife, Antônio Barias, que deve se candidatar pelo PTB mas atualmente é do PDS), refere apoiar candidatos dos diversos partidos que aceitem seus pressupostos conservadores. Seus candidatos deverão sair, na maioria, do PDS e do PTB. Eventualmente poderão apoiar candidatos do PFL e mesmo do PMDB (caso do deputado paulista Roberto Cardoso Alves, que chegou a participar da reunião da UDR, em Presidente Prudente).

Mas a corrente dominante parece ser a liderada pela Sociedade Rural Brasileira e pelo Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte, passando por federações de agricultores do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Na visão deste grupo, trata-se de apoiar candidatos à Constituinte — independente do partido a que pertençam — que defendam alguns postulados clássicos do liberalismo econômico.

O presidente do Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte, Antônio Pereira de Oliveira, 56, afirma que o sindicato apoiará, oficialmente, os candidatos que defenderem "a agricultura e a criação de uma política agrícola coerente com a realidade do país". E apesar de afirmar que há uma identidade política com a Sociedade Rural Brasileira, Oliveira diz que o Congresso constituinte, como o que foi aprovado, não é o melhor caminho. "Saímos de um regime ditatorial e o Congresso que aí está é produto das normas vigentes. Logo, representam interesses de grupos econômicos, não representam, em sua totalidade, o pensamento da sociedade brasileira", afirma.

Voto ponderado

Além dessas três posições, mais ou menos definidas, existem, pelo país, algumas propostas de lideranças rurais bastante diferentes. O presidente da Associação das Empresas Agropecuárias do Nordeste (Agropene), Ismar Amorim, 45, afirma que espera que a Constituinte "possa extinguir o colonialismo interno. Sua proposta fundamental é a criação do voto ponderado, de forma que cada voto das regiões mais pobres, como o Nordeste, valha por dois.

Já o presidente da Federação da Agricultura de Pernambuco, Gileno de Carli, conservador, aposta na eleição de candidatos da mesma posição ideológica que a sua, como seu próprio filho, o deputado federal do PDS João Carlos de Carli, que se afirma "maísta e direitista".

Cooperativismo

No Paraná, onde o cooperativismo tem grande peso político, o presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Guntoif Van Kaick, 50, afirma que a Constituinte é uma das principais preocupações da entidade, neste ano. As principais reivindicações da Ocepar, em relação à plataforma política dos candidatos que as cooperativas deverão apoiar, são que a nova Constituição defenda a liberdade de atuação das cooperativas e defina o "ato cooperativo". Isto é, que aceitem o fato de que as ações que acontecem dentro do cooperativismo não sejam mais encaradas como atos mercantis, já que a cooperativa é uma associação de indivíduos em bloco de capital.

Participaram: MURILO CARVALHO, do Reportagem Local; LORENA FAIA, do Sucursal de Porto Alegre; EDUARDO SANGRELLA, do Sucursal de Curitiba; e MARCELO ABREU, do Sucursal de Recife.